

VIGILÂNCIA – PUNIÇÃO E DEPREDÇÃO ESCOLAR*

Áurea Maria Guimarães**

Meu objetivo nesse trabalho foi demonstrar as possíveis relações entre vigilância – punição e depredação escolar.

À medida que eu ia trabalhando sobre esse tema fui percebendo que ele estava muito ligado à minha própria violência, ao meu próprio autoritarismo, aos meus próprios esquemas de vigilância e punição. A partir dessa percepção ficou um pouco mais fácil entender as teses do filósofo Michel Foucault. Este filósofo nos alerta dizendo que o poder não é uma instância separada da sociedade, encarnada somente na figura do Estado com função exclusivamente repressiva. O poder é produtivo, criativo, acha-se difundido pelo interior das relações sociais, espalhando-se em todas as direções, criando novas formas de sujeição e de dominação.¹

Como é que esse poder de dominação se espalha pelo interior

da sociedade? Com a ajuda de todos nós. Cada um na sua atividade expressa aquele poder que parece existir apenas no topo dirigente da sociedade. Cada um de nós se submete porque espera submeter os outros ao seu próprio poder, por menor que este seja.

Diz Foucault² que os carrascos do séc. XIII foram substituídos por uma tecnologia nova de controle, ativada por guardas, médicos, capelães, psiquiatras, psicólogos, educadores.

O que eu procuro analisar é tudo aquilo que foge das teias do poder do Estado, mas que no final acaba por alimentá-lo ainda mais. Eu me refiro ao que Foucault denomina de "minipoderes", "micropoderes", as pequenas instâncias discretas, quase invisíveis que se revelam através de regulamentos, conselhos, avisos, proibições. O Estado aqui é substituído por fragmentos de poder que são exercidos por cada um de nós na posi-

* Esse tema foi desenvolvido em minha dissertação de mestrado, na PUCAMP e transformado em livro publicado pela Editora Papirus, Campinas, 1985.

** A autora é funcionária da CONESP, em Campinas-SP.

1. Michel FOUCAULT. Vigiar e punir e também Microfísica do poder.
2. Idem, Vigiar e punir, p. 129.

ção que ocupamos, seja ela qual for.

Como nasceu o interesse por esse trabalho?

Desde 1978, sendo funcionária da Conesp (Companhia de Construções Escolares do Estado de S. Paulo), tenho tido oportunidade de vistoriar inúmeras escolas pertencentes à Divisão Regional de ensino de Campinas.

Na maior parte dessas visitas, a tônica referente à depredação da escola era e tem sido muito constante. Os diretores assinalam como principais depredadores os "marginais", "elementos perigosos" que rondam a escola para roubar ou simplesmente para danificar as instalações. Os alunos também depredam o prédio, mas segundo os diretores isso ocorre em menor escala. Mas, por que os alunos depredam o prédio?

O que me interessou foi pesquisar os motivos que levam os próprios alunos a quebrar os equipamentos da escola. A depredação feita por elementos externos não foi levada em conta devido à indisponibilidades de tempo e de recursos na época.

A minha hipótese inicial de trabalho foi de que haveria uma relação entre a depredação e o rigor nos sistemas disciplinares da escola, ou seja, a depredação não seria resultado do bairro ser pobre, mas do rigor punitivo da escola.

A pesquisa envolveu 15 escolas estaduais de Primeiro e Segundo Grau, localizadas no município de Campinas, escolhidas aleatoriamente.

Foram realizadas 30 entrevistas coletivas com alunos de 5ª a 8ª séries do Primeiro Grau e de 1ª a 3ª séries do Segundo Grau. As questões que nortearam a conversa com esses alunos tinham por objetivo saber como a vigilância e a punição os atingiram, de que forma eles participavam desses mecanismos, como reagem. Às crianças de 1ª a 4ª séries do Primeiro Grau solicitei que desenhassem a escola deles do jeito que a imaginavam. Alguns desses desenhos foram inseridos no corpo do trabalho apenas a título de ilustração, sendo escolhidos aqueles que sugerem a idéia de vigilância e punição na escola, de esquadramento do espaço, das atividades e dos comportamentos dos estudantes.

O meu trabalho aborda os sistemas de vigilância e punição, com base nos estudos de Michel Foucault, procurando esclarecer o papel do aluno não só como elemento passivo, mas também como elemento ativo da engrenagem escolar, na medida em que também ele faz funcionar o sistema, ao representar os papéis de vigilância e punição em relação aos seus colegas. Esse papel ele o assume não como resultado de opção pessoal, mas como uma função social desenvolvida pelos mecanismos dis-

ciplinares que disseminam o poder por toda a sociedade.

A eficácia da escola foi vista muito mais enquanto instituição que normaliza comportamentos do que instituição que objetiva a aprendizagem dos alunos.

A depredação escolar teve um enfoque diferente do usual, ou seja, a chamada violência dos alunos foi tratada não como marginalidade, mas como diretamente ligada aos sistemas de vigilância e punição que têm por objetivo uniformizar o comportamento das pessoas. A depredação surge como uma forma de contestação aos modos pelos quais essa uniformização se expressa, a saber, a vigilância e a punição.

No que se refere à vigilância, ela acontece através de disciplinas que provocam o controle do corpo, e isso se concretiza através de exercícios que esquadrinham o tempo, o espaço, o movimento, gestos e atitudes dos alunos.

Nas entrevistas encontramos referências dos alunos ao que Foucault³ denomina de *"esquadrinhamento do espaço"*: Diz um aluno: "Aqui é tudo repartido, aqui parece que não é escola do aluno".⁴

Cada aluno parece ocupar um lugar determinado no espaço, o

que possibilita saber onde está e como encontrá-lo.

Quanto ao *"esquadrinhamento do tempo"*: "Você chega... você vai tomar a merenda, certo. Você chega e pega aquele filão do INPS lá (risos). Sai de lá e pega outro filão, o do banheiro, e acaba o tempo. Você só pode comer e ir ao banheiro e subir... Então você tem que ir no banheiro rápido, voltar, comer rápido e pronto e subir".

O tempo é marcado e ocupado de modo a ser utilizado intensamente. O aluno deve ser rápido, cumprindo as atividades que lhe são determinadas.

Quanto ao *"esquadrinhamento do corpo, dos gestos"*: "São dois sinais, bateu o primeiro, já tem que estar todo mundo subindo... na hora que está batendo o outro, você pára, o resto desce".

"Esquadrinhamento da atitude": "Quando tinha a dona (refere-se à inspetora de alunos) aí a gente estava no banheiro, ela batia na porta: 'abre aí pra mim ver o que você está fazendo'"; — "Na classe a gente senta longe e tudo, mas ela (a diretora) chegou pra minha mãe no dia da reunião e falou que eu... com tal e outro. O problema é nosso".

3. Ibidem, p. 126.

4. Quando surgir algum trecho entre parênteses e sem nenhuma referência trata-se de entrevista e, por motivos óbvios, omitiremos o nome do entrevistado. As entrevistas estão gravadas em fita cassete.

Observa-se pelos depoimentos dos alunos que o corpo, os gestos, os comportamentos, as condutas são submetidas aos mecanismos de disciplina exercidos pela escola. A vigilância é o suporte básico para o funcionamento dessas práticas políticas disciplinares, por esse motivo ela está inserida na prática do ensino, transformando a escola num "observatório político", ou seja, num local onde se pode ter conhecimento de todos os indivíduos, possibilitando classificar, qualificar, punir, normalizar todas as pessoas inseridas no ambiente escolar.

Quanto à depredação, ela abre um campo delimitado de violência sobre o qual é possível localizar os indivíduos portadores de um potencial desviante. De certo modo a escola pretende reduzir as depredações esquadrihando comportamentos, distinguindo os "bons" dos "maus" alunos. O padrão estabelecido é o do "bom" aluno, aquele que não depreda a escola; quem depreda é o "marginal". Com isso tenta-se impedir que a depredação resulte em formas mais amplas de manifestação.

Resultados da pesquisa:

A depredação ocorre com grande frequência:

- em escolas com um rígido esquema de vigilância e punição;
- em escolas onde há ausência quase total de normas.

No primeiro caso, há uma

confusão entre organização e atos coercitivos. O aluno depreda porque percebe-se excluído de qualquer vínculo que o ligue afetivamente à escola; no segundo caso, há uma confusão — entre liberdade e uma desorganização geral, sentida pelos alunos como "bagunça". O aluno depreda, pois a desorganização é uma forma de manter o aluno à margem da própria escola e, sabendo disso, ele depreda o prédio como um meio de chamar a atenção.

Nas escolas depredadas, as relações, de modo geral, se caracterizam pela repressão que a direção exerce sobre os alunos, e estes, por sua vez, respondem a essa repressão e reagem também com violência, depredando a escola. O conflito existe, porém ele não se encaminha para formas mais amplas de manifestação, uma vez que os próprios alunos acabam associando depredação com marginalidade. No final acabam sentindo culpa por suas reações, não percebendo que a violência primeira partiu da própria escola e que a depredação é uma forma de contestação, porém utilizada pela administração para neutralizar ações que visem a crítica à escola. A escola, ao estabelecer a relação depredação — marginalidade, cria padrões de comportamentos a serem seguidos: o do bom aluno (aquele que não depreda) e do mau aluno (o que depreda) e evita, dessa forma, que os próprios alunos radicalizem suas críticas à instituição.

Nas escolas não depredadas os sistemas de vigilância e punição são tão rígidos quanto os das outras. Há rigidez, mas ao lado dela oferece-se aos alunos atividades extra-classe como: Olimpíadas, Campeonatos, Festa do Sorvete, da Primavera, Junina, permissão para uso da quadra; atividades que absorvem a ação dos alunos, mas que de forma alguma torna-os participantes nas tomadas de decisões a respeito deles.

Observei que mais importante que a disciplina mantida é o relacionamento que esses alunos têm com os professores que são mais críticos, mais interessados em ensinar, em terem um contato mais informal com os alunos fora da escola. E, apesar desses professores não serem bem vistos pela instituição, eles acabam garantindo a não depredação do prédio. Os alunos, pela influência desses professores, percebem que não adianta quebrar o prédio e, através de discussões, tanto dentro como fora da sala de aula, acabam adquirindo consciência do autoritarismo em suas escolas. Os alunos também apontam as atividades extra-classes como uma "salvação", como a única forma de "aguentar" a permanência na escola.

Conclusão: não há uma relação direta entre: vigilância — punição e depredação, uma vez que os mecanismos disciplinares se encarregam de ajustar comportamentos, neutralizando agitações, revoltas, críticas, organizações espontâneas dos alunos.

Digo que os casos abordados por mim nesse trabalho refletem o que acontece na sociedade como um todo, onde o poder disciplinar se apóia basicamente em técnicas de dominação, preparando corpos treinados, exercitados para a observância passiva de normas, como um meio de transformar os indivíduos em pontos de apoio aos novos mecanismos de poder, controle, vigilância, punição que se desenvolvem tanto dentro como fora da escola.

O que fazer? Como fazer?

A grande aventura talvez seja ouvir o que os alunos têm a dizer.

Acredito na escola, principalmente por seu significado político, na medida em que a educação possibilita conhecer e negar o estabelecido naquilo que este tem de opressor. Por esse motivo, a escola deve ser não apenas um local agradável, mas polêmico, o palco não de conciliação, mas de conflito, de discussão, de crescimento, onde o desejo dos alunos, as suas necessidades, a sua fala, representam os principais parâmetros para a elaboração de diretrizes que visem à organização da escola, o rendimento do aluno no que se refere a sua aprendizagem e principalmente a formação de indivíduos capazes de discutir, de criticar a sociedade onde estão inseridos, a partir de reflexões sobre a sua realidade mais imediata, a escola.

Quanto à punição, ela é muito mais uma forma de discriminar

comportamentos do que castigar. Ao discriminar comportamentos dos indivíduos, a punição passa a diferenciá-los, a hierarquizá-los em termos de uma conformidade a ser seguida, formando um grupo restrito e fechado de indivíduos que caracterizam "a desordem, o crime, a loucura".⁵ A punição não objetiva sancionar a infração, mas controlar, qualificar o indivíduo, não interessando o que ele fez, mas o que é, será ou possa vir a ser. As punições são da ordem do exercício, implicando no aprendizado intensificado; em suma, punir é exercitar.

Na escola, a punição, além de visar a uniformidade de comportamentos, seleciona os alunos separando os "bons" dos "maus", sendo ilusório pensar que a penalidade é uma maneira de reprimir delitos.

A homogeneização no castigo obriga o "culpado" a se entregar: " (...) sumiu um tipo de equipamento químico da biblioteca e o seu (fala o nome da pessoa) falou se não aparecer até sexta-feira à noite, a escola inteira ia levar suspensão. A dona (diretora) reuniu todo mundo aí fora e falou que se o rapaz não aparecesse, e ela já estava desconfiada quem era e queria que chegasse e falasse: 'eu peguei e devolvo'. Ninguém pegou suspensão, a escola inteira ia se tornar revoltada, porque por causa de um (...)"

É o que Foucault denomina de a "regra dos efeitos laterais"; aqui a penalidade "deve ter efeitos mais intensos naqueles que não cometeram a falta", ou seja, na aplicação das penas, o elemento menos interessante é o culpado. No depoimento acima percebe-se que a diretora já sabia quem era o culpado, mas isso não bastava, era necessário causar impressão mais eficaz sobre todos os outros, para que os alunos saibam a que estarão sujeitos, caso ousem transgredir as normas.

A escola, ao tratar todos os alunos da mesma maneira, até na aplicação dos castigos, consegue detectar aquele que não se conforma, que contesta, surgindo daí o anti-aluno, ou seja, aquele que se contrapõe ao padrão estabelecido do que é ser bom aluno. Por sua vez, a manutenção da uniformidade depende da existência de comportamentos desviantes, pois quem não cumpre as normas e as tarefas obedientemente logo é tomado como ponto de referência para que os outros tenham os parâmetros dos comportamentos tidos como indesejáveis pela escola.

Alguns professores e diretores estarão me perguntando: mas e os nossos desejos e as nossas necessidades, onde ficam?

Quando perguntei a um aluno o que ele faria se fosse diretor

5. Michel FOUCAULT, *Vigiar e punir*, p. 262.

6. *Ibidem*, p. 86-93.

da sua escola, e ele me respondeu: "Mandaria todos os professores embora", isto, de certo modo, significa que o processo se inverteria, ou seja, os alunos seriam, desta vez, os porta-vozes de um poder de dominação que antes estava com os professores. É possível pensar então em uma escola onde alunos e professores tenham suas palavras ouvidas? Onde alunos e professores realizem juntos o aprendizado da autoridade (sem autoritarismo) e da liberdade (sem licenciabilidade)? Não sei responder a essas questões.

Acredito que ainda temos um longo caminho a percorrer, mas

antes será necessário que todos nós saibamos, pelo menos, observar a realidade, aproveitando os dados de toda a nossa experiência e organizando, a partir disso, uma rede de possibilidades onde se cultive um espaço comum a alunos e professores, um espaço a ser restaurado, onde cada um tenha o direito de dizer a sua palavra, percebendo, como diz Paulo Freire⁷, que ao nosso direito de falar corresponde o nosso dever de escutar. Essa escuta não implica numa obrigação ou num favor que se presta para se receber mais em troca, significa ouvir com sensibilidade e desejo.

BIBLIOGRAFIA

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**; nascimento da prisão. Trad. Lígia M.P. Vassalo. Petrópolis, Vozes, 1977.

----- . **Microfísica do poder**. Trad. e org. Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 3. ed. São Paulo, Cortez — Autores Associados, 1983.

7. Paulo FREIRE, A importância do ato de ler, p. 30.